

## **Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná-BR**

Edicléia Lopes da C. Souza<sup>1</sup>  
Rosangela Maria Pontili<sup>2</sup>

### **Resumo**

Existe uma preocupação mundial com relação aos efeitos nocivos do trabalho infantil e seus reflexos sobre a renda e a escolaridade dos indivíduos. O problema tem sido base para diversas discussões entre pesquisadores, políticos e entidades sociais. Isto porque, estudos comprovam os impactos negativos na vida dos infantes e as conseqüências que o mesmo pode trazer para o futuro das crianças e do país. Sabe-se que a maioria das crianças e adolescentes inserida no trabalho abandonou a escola ou está com freqüência irregular. Sabe-se, também, que o baixo nível de educação prejudica o desenvolvimento futuro de um indivíduo, inclusive a sua renda. Em função disso, este estudo tem por objetivo analisar como o trabalho precoce influencia na escolaridade e nos rendimentos futuros de um trabalhador. Para tanto, realizou-se uma análise econométrica de dados obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 2005. Os resultados obtidos comprovaram o descrito na literatura e o que previa o modelo: o trabalho precoce afeta negativamente o nível de escolaridade e, conseqüentemente, os rendimentos futuros dos trabalhadores paranaenses que foram inseridos no mercado de trabalho ainda crianças ou adolescentes. Observa-se a gravidade do problema e a necessidade de desenvolvimento de políticas voltadas para esta questão, em função do comprometimento do desenvolvimento social e econômico do estado.

Palavras-chave: **Renda; Trabalho Infantil; Escolaridade.**

### **Children work and its influence on the income and education of working people from the state of Parana – BR**

### **Abstract**

There is a worldwide concern related to the bad effects of the children work and the consequences on their future personal income. This issue has been presented and discussed by researchers, governors, social organizations, among others, mostly because the studies have demonstrated the bad impacts on the children's life and the consequences that they can bring to their future and to the country as well. It is known that most of the children and adolescents, who are working, have left school or have been absent from the regular classes most of the time. It is also known that the low level of schooling is harmful to their future development, including their future personal income. Taking this into consideration, the present study aimed to analyze how the early working influences on a worker's education and

---

<sup>1</sup> Economista e Professora Colaboradora da FECILCAM. Endereço eletrônico: edycleya@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestre em Economia Aplicada USP/ESALQ, Professora Assistente da FECILCAM. Endereço eletrônico: rpontili@yahoo.com.br

his/her future personal income especially in the state of Parana - BR. An econometrical analyze was done using the data collected from PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – carried out by IBGE in 2005. The results have reaffirmed the conclusions reached by previous studies on the topic: the early work affected negatively the level of education and, consequently, the future personal income of workers from Paraná, who were inserted in the labor market in their childhood or adolescence. As final considerations it can be said that the problem is very serious, relevant and urgent, demanding specific polices aiming at a social and economic development of the state.

Key-words: **Income, Children Work, Education.**

## **1. Introdução**

O trabalho exercido por crianças e adolescentes não é um problema típico da realidade atual. Ao contrário, a exploração da mão-de-obra infantil esteve presente nas sociedades desde a Revolução Industrial e, até mesmo antes dela. A inserção de crianças e adolescentes no trabalho tem sido objeto de discussão por pesquisadores de diversas áreas de estudo, políticos e sociedade em geral. Isto porque, pesquisas comprovam os impactos negativos na vida adulta da criança e no próprio desenvolvimento do país.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), de todas as crianças existentes no mundo, mais de 200 milhões na idade entre 5 e 17 anos são trabalhadoras. No Brasil, mesmo existindo a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outras normas proibindo o trabalho infantil, pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que ainda existem mais de 5 milhões de crianças e adolescentes, na faixa etária de 5 a 17 anos, exercendo alguma atividade laboral. No estado do Paraná, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2005, o número de crianças e adolescentes trabalhadores entre 10 e 17 anos é maior do que 333 mil. A situação é mais grave nas grandes cidades e regiões de fronteiras. Porém, em todo o estado, a grande maioria destes está na agricultura e no comércio.

Sabendo que a criança e o adolescente, por estarem em fase de desenvolvimento sofrem influência do meio e das condições em que vive, existe uma preocupação mundial com relação aos efeitos nocivos do trabalho precoce e seus reflexos sobre a renda e o nível de escolaridade do indivíduo. Órgãos de caráter internacional, nacional e outras entidades, assim como também estudos literários, têm procurado demonstrar tais efeitos, chamando a atenção da sociedade em geral para a gravidade da questão.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é analisar a influência que o trabalho infantil exerce sobre a renda e o nível de escolaridade dos trabalhadores, hoje adultos, da área urbana e rural do estado do Paraná. Como não é possível fazer o acompanhamento de uma criança que começa a trabalhar até chegar à fase adulta, para verificar os efeitos, realizar-se-á a análise a partir de dados obtidos da PNAD/2005, a qual contém informações sobre a idade em que o indivíduo começou a trabalhar. Assim, será possível verificar os efeitos da entrada precoce no trabalho sobre os rendimentos e a escolaridade do adulto.

## **2. Revisão de literatura**

Crianças e adolescentes que são vítimas do trabalho precoce fazem parte de uma trágica e antiga realidade. Presente desde os primórdios da civilização tornou-se mais visível com o advento da Revolução Industrial quando foram exploradas de forma mais intensa.

Para Hilbig (2004), no Brasil, o trabalho infantil não é um fenômeno novo, aliás, é quase tão velho quanto a própria história do país. Ainda que até 14 anos sejam consideradas crianças, os meninos e meninas das periferias urbanas pobres, e da zona rural brasileira, têm sua infância curta, pois é nesta fase que são socializados no mundo do trabalho. Crianças e adolescentes têm seu direito de infância interrompido e trabalham em todas as esferas econômicas: cortam cana, colhem café e laranjas, vendem doces e refrigerantes, vigiam carros, engraxam sapatos, ajudam as mães em casa, se prostituem e ganham dinheiro no tráfico de drogas.

Antuniassi (1983), realizou estudo sobre o trabalho infantil e escolarização no meio rural do estado de São Paulo. Utilizando dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da secretaria de Agricultura de São Paulo, levantados em 1970-1975, a autora concluiu que havia um grande contingente de trabalhadores mirins, e a maior proporção destes não era remunerada. Observou que, associando o trabalho ao sucesso escolar, este age negativamente. Em geral, as crianças que trabalhavam, encontravam-se atrasadas em relação à idade e a série que estavam cursando, uma vez que estavam mais propensos à repetência que os demais. Em resumo, o ingresso precoce de crianças na força de trabalho implica seu afastamento prematuro das atividades escolares ou uma escolarização básica precária.

Os motivos pelos quais as crianças são incorporadas no mercado de trabalho variam desde a pobreza, que é a principal causa, até a cultura e tradição socioeconômica no Brasil. A sociedade brasileira tem dois pontos de vista em relação ao trabalho infantil. De um lado, que o trabalho seja uma alternativa benéfica contra a ociosidade nas ruas, às drogas e a marginalidade, e que assim se iniciado no trabalho precocemente, adiantaria o aprendizado que envolve responsabilidade, disciplina e socialização. Este pensamento não leva em conta, porém, os impactos negativos em todos os aspectos de vida da criança, resultantes do mesmo. Do outro lado, há a dissociação de trabalho e educação, e sempre a educação é colocada em segunda alternativa, isso quando não é abandonada completamente. Não é preciso enfatizar a importância da educação, uma vez conhecendo a sua necessidade no mundo atual, em que os altos índices de desempregos são compostos principalmente de mão-de-obra desqualificada, que vem sendo excluída diariamente (MTE, 2000).

Basu e Tzannatos (2003), revisando diversos autores que escreveram sobre esse assunto, afirmam que crianças trabalhadoras acumulam menos capital humano, pois a dedicação diária ao trabalho reduz as oportunidades de ingresso na escola. Além disso, segundo Galli (2001) na maioria das vezes, a mão-de-obra infantil é utilizada em atividades que poderiam ser desempenhadas por pessoas adultas, o que pode causar um impacto negativo na taxa salarial e no emprego dos adultos, dependendo da estrutura do mercado de trabalho analisado. O menor acúmulo de capital humano, as perdas econômicas provocadas pelos gastos com uma saúde precária e outros fatores negativos associados à incidência de trabalho infantil, podem afetar o crescimento econômico de um país, no longo prazo.

Kassouf (2000), pesquisou sobre o efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos. Utilizando dados da PNAD (1995), sua análise teve por objetivo fornecer subsídios para compreensão dos possíveis problemas de saúde e redução dos rendimentos provocados pelo trabalho precoce. Segundo a autora, a exploração das crianças que são sujeitas a trabalhar em atividades perigosas e em condições inadequadas, resulta na perda da infância, e reduz a oportunidade de uma boa educação. Dessa forma, a baixa escolaridade limita as oportunidades de empregos, e os indivíduos são condicionados a ocupar postos que não exigem qualificação e com baixa remuneração.

Kassouf (2002), analisando os aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil, comprova que, mesmo sendo proibido, milhares de crianças brasileiras trabalham. Verificou também que os adultos que compunham a amostra começaram a trabalhar muito cedo, e têm sua renda prejudicada pelo fato de terem se inserido precocemente no mercado de trabalho, e em atividades que não exigiam conhecimento ou habilidades, o que conseqüentemente limitava suas oportunidades, inclusive de melhores salários.

Dizem as pesquisas que não é apenas sobre os rendimentos que o trabalho precoce influencia, mas em todos os aspectos relacionados ao indivíduo. Nicolella (2006) chamou a atenção para a relação saúde e trabalho infantil no Brasil. Considerando que a saúde é um bem e, que para se viver muito é preciso ter saúde, os resultados obtidos pelo autor mostram que, a criança que exerce qualquer atividade laboral sofre impactos negativos em sua saúde, e quanto maior o tempo dedicado ao trabalho, pior é o *status* de saúde da mesma. Indivíduos com baixo capital saúde possuem maior grau de ausência ao trabalho e baixa produtividade, o que implica em menor salário. Além disso, têm a capacidade de aprendizado reduzida e aproveitam menos as experiências do trabalho.

Com isso, o autor citado acima afirma que há um ciclo vicioso, no qual baixo capital saúde, leva a baixos salários, reduzindo a capacidade de aprendizado, levando conseqüentemente, a um baixo aproveitamento, resultando em baixo capital humano e, novamente em baixo capital saúde. Logo, ao chegar à idade adulta, os indivíduos não terão outra escolha a não ser a de inserir suas crianças no mercado de trabalho e, assim, perpetuar o ciclo. O autor ainda sugere que, para abolir o trabalho infantil, devem ser tratadas as causas desse fenômeno e não o trabalho infantil em si. Dessa forma, as políticas de combate ao trabalho de crianças devem ser elaboradas juntamente com outras políticas de renda, educação e saúde familiares.

Silva (1999) analisou as causas da utilização e intensificação, durante a Revolução Industrial, do trabalho precoce e a continuidade deste processo na sociedade atual. O sistema capitalista por suas contradições, gera um processo de desigualdade social e econômica, o que no Brasil, se caracteriza por uma divisão estrutural e desumana. O trabalho infanto-juvenil acontece, em muitos casos, de forma semi-escrava, contribuindo para o financiamento e manutenção do sistema. O autor aponta que as atividades que as crianças trabalhadoras desenvolvem, pela sua insalubridade, não apenas deixa de educá-las, comprometendo seu desenvolvimento social, como também coloca em risco a vida dos pequeninos.

Lima (2002) realizou estudo sobre o impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes nos aspectos que envolvem a saúde física, mental, cultural e econômica. Assim como outras pesquisas realizadas no Brasil, este autor confirma que a inserção das crianças no trabalho é conseqüência da concentração de renda nas mãos de poucos, e da pobreza que dela resulta, além de complemento de renda que as famílias carentes necessitam.

Menezes Neto (2002) confirma que o trabalho exercido por crianças, durante muito tempo no Brasil, foi visto como conseqüência da pobreza, ou uma forma de amenizar os seus efeitos. A sociedade em geral acreditava que para as crianças e adolescentes pobres, o ideal era ingressarem cedo no trabalho aprendendo uma profissão. Assim, além de ajudar a família, evitaria o envolvimento destes com a marginalidade.

No entanto, para Lima (2002), o fato de a criança ter que trabalhar e estar sempre submetida à situação, oprime seu desejo natural de brincar e expressar seus reais desejos e interesses. Como brincar faz parte e caracteriza a infância, além da diversão, as brincadeiras fornecem oportunidade à criança de reviver, entender, compreender e relacionar-se afetivamente. Mediante a condição, as crianças trabalhadoras temem serem punidas por expressar-se, provocando um empobrecimento tanto de sua capacidade de expressão como

também de compreensão. Estes efeitos, aliados ao desgaste e cansaço físico, provocam baixo rendimento escolar e dificuldade de aprendizagem.

### 3. Metodologia e dados

Existem inúmeros trabalhos que discutem os fatores que influenciam na renda. As variáveis mais utilizadas nestes trabalhos são: a escolaridade, a cor e raça, a idade, sexo e setor de atividade.

Em vista disso, com objetivo de investigar a influência que o trabalho precoce exerce sobre a renda do trabalhador ao chegar à fase adulta, esta pesquisa fundamentar-se-á na utilização do modelo econométrico de Regressão Linear Múltipla. Segundo estudo realizado por Messias (2005), o referido modelo permite estimar o efeito da mudança em uma variável explicativa (X) sobre a variável dependente (Y). Sendo assim, o modelo ajustado de uma Regressão Linear Múltipla, com K variáveis independentes é:

$$Y = \alpha + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \dots + \beta_k X_k + \varepsilon \quad (1)$$

em que:

Y = Variável dependente (Logaritmo do rendimento por hora e nível de escolaridade);

$X_1, X_2, X_3, \dots, X_k$  = São variáveis explicativas, tanto binárias quanto contínuas; representam o vetor das características individuais da pessoa, tais como idade, escolaridade, cor ou raça e sexo;

$\beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots, \beta_k$  = São os parâmetros desconhecidos da regressão, que medem os efeitos de uma mudança nas variáveis explicativas, sobre a variável dependente;

$\varepsilon$  = é o erro aleatório;

$\alpha$  = mede a existência de uma constante que auxilia a explicação do modelo.

Para fins de estimativa, este modelo permite a utilização do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), que se tornou um dos mais populares e completos métodos de análise de regressão, por conter algumas propriedades estatísticas interessantes.

No caso da presente pesquisa, com os resultados obtidos a partir da análise econométrica, discutir-se-á como o trabalho infantil influencia na renda do trabalhador adulto do estado do Paraná, como também no seu nível de escolaridade. Os dados utilizados foram obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2005. Esta pesquisa foi implantada no Brasil em 1967, tendo como objetivo

produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. De acordo com o IBGE, a PNAD trata-se de um sistema de pesquisa por amostra de domicílio, que investiga diversas características socioeconômicas da população, como educação, trabalho, rendimentos e habitação, além de fecundidade, nupcialidade, saúde e nutrição, e além desses, outros temas que se tornam objeto de estudo conforme a necessidade de informação para o país. Inicialmente, a pesquisa era realizada trimestralmente, tornando-se anual a partir de 1971, com realização no último semestre de cada ano, mais precisamente, com início em setembro.<sup>3</sup>

Na PNAD (2005) a população total do Paraná inclui cerca de 10.271.684 pessoas. Utilizando-se o pacote estatístico *Sas for Windows V8*, selecionou-se a amostra dos paranaenses com idade entre 18 e 60 anos, que declararam estar trabalhando, tanto na semana de referência da PNAD, quanto no período de captação de 358 dias. Destas pessoas, identificou-se seu sexo, a idade, o número de anos de estudo completo, a cor ou raça, o setor de atividade econômica no qual declararam trabalhar, a renda, além da idade com que se inseriram no mercado de trabalho. Todas estas informações foram utilizadas como variáveis na análise econométrica. Cabe ressaltar que os resultados aqui apresentados foram expandidos para o total da população paranaense.

#### 4. Resultados e discussões

O estado do Paraná, segundo a Coordenadoria dos Direitos da Cidadania (CODIC) com base em informações da PNAD (2005), ocupa a sexta posição no ranking nacional do trabalho infantil. Embora nos últimos anos o número de crianças e adolescentes tenha se reduzido, dados da PNAD (2005) revelam que existem ainda, mais de 333 mil crianças e adolescentes, com idade entre 10 e 17 anos, inseridas em alguma atividade laboral. A maioria está concentrada no campo, empregada na cultura de milho, café, batata e fumo, além da indústria madeireira.

De acordo com publicação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), após analisar dados da PNAD (2001-2005) e desenvolver mapa do trabalho infanto-juvenil no Paraná, é possível perceber onde está concentrado o problema. O estudo revela que, para as crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, o setor agrossilvopastoril (agricultura, silvicultura, criação de animais) é o que mais absorve a mão-de-obra infantil, destacando-se as microrregiões de Pitanga, Guarapuava, Francisco Beltrão, Pato Branco, entre outros municípios. Em seguida, é o setor doméstico que ocupa grande parte dos precoces trabalhadores, destacando-se as microrregiões de Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Cascavel, Guarapuava, Toledo, Maringá entre outros municípios. No setor comércio, duas atividades se destacam: vendedores ambulantes de alimentos, roupas, bebidas e fumo; e reparação e manutenção de veículos, principalmente nas microrregiões de Curitiba, Paranavaí, Umuarama, Londrina e Foz do Iguaçu.

Sabe-se que a maioria das crianças e adolescentes inseridas no mercado de trabalho abandonou a escola ou nunca frequentou uma sala de aula. Esta situação é ainda mais grave na zona rural, uma vez que as dificuldades de manterem os filhos em escolas ou creches, devido à distância das cidades, além do estado de pobreza da família, levam os pais a inserirem os filhos muito cedo no trabalho. Sabe-se, também, que o baixo nível de educação prejudica o desenvolvimento futuro de um indivíduo. Sendo assim, as pessoas que começam a trabalhar na infância têm limitada a oportunidade de melhores empregos quando atingem a vida adulta, o que resulta num baixo desenvolvimento regional e, conseqüentemente, num baixo desenvolvimento do país.

---

<sup>3</sup> Para maiores detalhes, consultar as Notas Metodológicas da PNAD (2005), disponível no site do IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)), ou no CD-Rom que contém os microdados da amostra.

Analisando os dados da tabela 1, observa-se que, em 2005, a maioria dos trabalhadores paranaenses que estão com idade entre 18 e 60 anos, começou a trabalhar ainda criança ou adolescente. Na área urbana 41,46% dos trabalhadores ingressaram no trabalho com idade entre 10 e 14 anos, sendo que na área rural este percentual é ainda maior, atingindo 53,29%. Destaca-se, ainda, o número de pessoas que iniciaram sua vida laboral com idade inferior a 9 anos, sendo 13,52% e 31,92% para as áreas urbana e rural, respectivamente. Para os trabalhadores que começaram a trabalhar com idade entre 15 e 17 anos, na área urbana foi registrado um valor de 25,78% e, na área rural, de 10,60%. Apenas 19,24% dos trabalhadores da área urbana ingressaram no mercado de trabalho após os 18 anos de idade, percentual que é, ainda, quase cinco vezes maior do que o da área rural (4,19%).

Observa-se, ainda, que para o intervalo de pessoas que começaram a trabalhar antes dos 15 anos, os percentuais referentes aos trabalhadores rurais são maiores que da área urbana, indicando que na área rural as pessoas ingressam mais cedo no trabalho.

Tabela 1: Porcentagem de homens e mulheres trabalhando, de 18 a 60 anos, estratificado pela idade em que começaram a trabalhar, na área urbana e rural Paranaense - 2005.

Idade que começou A trabalhar	Urbana		Rural	
	Número	%	Número	%
Menos de 9	563.026	13,52	259.083	31,92
10 a 14	1.726.815	41,46	432.603	53,29
15 a 17	1.074.044	25,78	86.075	10,60
Mais de 18	801.604	19,24	34.026	4,19

Fonte: PNAD/2005.

A tabela 2 mostra que, tanto para a área urbana quanto para a área rural, a média de anos de escolaridade varia positivamente em relação à idade que estas pessoas começaram a trabalhar. Ou seja, quanto mais cedo ingressaram na atividade laboral, menos anos de estudo elas possuem. Nesta análise simples, verifica-se que os trabalhadores que começaram a trabalhar com menos de 9 anos de idade são os que possuem a menor média de escolaridade (7,17 anos de estudo para a área urbana e 5,1 anos de estudo para a área rural).

Cabe observar, também, que a média de anos de estudo dos trabalhadores urbanos, em todos os intervalos, é maior do que os da área rural. Um indivíduo da área urbana que entrou para o mercado de trabalho com mais de 18 anos, por exemplo, tem cerca de 2 anos a mais de escolaridade se comparado a um trabalhador da área rural que começou na mesma idade. Confirmando o que diz a literatura à respeito da influência do trabalho precoce no nível de educação dos indivíduos, quando se compara a menor idade com a maior, observa-se que, em geral, há uma diferença de quase 5 anos de escolaridade entre elas.

Tabela 2: Número médio de anos de estudo, para homens e mulheres de 18 a 60 anos, estratificado pela idade em que começaram a trabalhar, na área urbana e rural Paranaense - 2005.

Idade que começou A trabalhar	Urbana	Rural
Menos de 9	7,17	5,1
10 a 14	8,91	6,22
15 a 17	10,72	7,83
Mais de 18	12,01	9,82

Fonte: PNAD/2005.

Como o trabalho precoce afeta o nível de educação, terá conseqüências, também, para a renda do trabalhador. A tabela 3 mostra a média de rendimentos por hora, dos trabalhadores vítimas do trabalho infantil. Observa-se que existe uma relação negativa entre idade de ingresso no trabalho e rendimento alcançado. Sabe-se que os trabalhadores da área rural, em geral, têm renda inferior à dos trabalhadores da área urbana, e isso pode ser visualizado através dos dados da tabela. Os trabalhadores da área urbana que começaram a trabalhar com menos de 9 anos de idade recebem, em média, R\$17,90 por hora, enquanto para os da área rural esta remuneração é de apenas R\$ 8,76, ou seja, menos que a metade. Para aqueles inseridos no trabalho entre 10 e 14 anos, as médias são de R\$ 22,17 e R\$ 9,68 para as áreas urbana e rural, respectivamente.

Aqueles que ingressaram no trabalho após os 15 anos, tanto da área urbana quanto da rural recebem melhores rendimentos, se comparados aos que começaram a trabalhar mais cedo. Cabe destacar que na área rural o rendimento médio daqueles que começaram a trabalhar com mais de 18 anos é inferior ao daqueles que se inseriram no mercado de trabalho com idade entre 15 e 17 anos, porém, é superior ao daqueles que começaram a trabalhar com até 14 anos. Já na área urbana, as pessoas que iniciaram suas atividades laborais com mais de 18 anos tem renda média superior à de todos os outros extratos analisados, chegando a ser quase o dobro em comparação aos que já trabalhavam com 9 anos ou menos de idade.

Tabela 3: Média de rendimentos por hora, para homens e mulheres de 18 a 60 anos, estratificado pela idade em que começaram a trabalhar, na área urbana e rural Paranaense - 2005.

Idade que começou A trabalhar	Urbana	Rural
Menos de 9	17,90	8,76
10 a 14	22,17	9,68
15 a 17	23,67	11,90
Mais de 18	34,90	10,58

Fonte: PNAD/2005

As informações acima mostram, estatisticamente, como a idade em que as pessoas começaram a trabalhar impactam sua renda e escolaridade. Resta saber o tamanho deste impacto e os tópicos a seguir buscam cumprir tal objetivo.

#### **4.1 Influência do trabalho infantil sobre a renda do trabalhador paranaense**

Na Tabela A1, em anexo, apresentam-se as médias e desvios-padrão de todas as variáveis a serem utilizadas nas análises econométricas.

Observando a tabela 4, nota-se que o teste F foi altamente significativo, com nível de significância de 1%, indicando que as variáveis escolhidas para o modelo explicam bem a variação do *logaritmo* do rendimento por hora do trabalhador adulto, das áreas urbana e rural, do Paraná. Os resultados do teste *t*, por sua vez, variaram de um coeficiente para outro, mas a maioria dos resultados foi significativa a 1%. O valor do coeficiente de determinação ( $R^2$ ) indica que as variáveis explicativas escolhidas para a análise, explicam 38% das mudanças na variável dependente, para a área urbana e 41% para a área rural.

Considerando que os coeficientes expostos na tabela 4, mostram a influência das variáveis escolhidas sobre o rendimento do trabalhador, pode-se fazer então, uma análise mais



detalhada destes coeficientes, bem como suas variáveis correspondentes. Analisando as características pessoais dos trabalhadores que estão entre 18 e 60 anos, tem-se que a variável idade afeta de forma direta no rendimento dos indivíduos. O sinal positivo que acompanha o coeficiente desta variável indica que quanto maior a idade, maior a renda obtida no mercado de trabalho, e isso é válido tanto para área rural como para a urbana.

Conforme pode ser visto abaixo o coeficiente da variável anos de estudo foi significativo, indicando que esta variável tem influência sobre a renda, isto é, quanto maior o grau de escolaridade de um trabalhador, seja ele morador da área urbana ou rural, maior nível de renda ele terá.

Ao referir-se à variável sexo, o coeficiente positivo indica que, em geral, os homens das áreas urbana e rural ganham mais que as mulheres. Estes resultados são semelhantes aos encontrados no estudo realizado por Pereira (2006), para o mercado informal de trabalho do Paraná. No referido trabalho, tanto na área rural quanto na urbana a mulher recebe remuneração menor que o homem, até mesmo quando possui maior grau de escolaridade. A autora mostra que, enquanto os homens da área urbana recebiam, em média, R\$ 427,99, para a mulher esta renda era de apenas R\$ 56,68. Na área urbana o homem possui uma renda média de R\$ 691,82 e a mulher de R\$ 305,63.

Considerando a variável idade que se começou a trabalhar, os coeficientes confirmam a hipótese desta pesquisa de que quanto mais cedo se ingressa no mercado de trabalho menor renda uma pessoa terá no futuro. Observa-se que em todos os intervalos, tanto para a área rural quanto para área urbana, os trabalhadores têm renda inferior à recebida pelas pessoas que começaram a trabalhar depois dos 18 anos de idade. Este fato é demonstrado, também, no estudo de Kassouf (2002), a qual diz ainda que, uma explicação para tal fato poderia ser a de que aqueles que começaram a trabalhar muito cedo são pobres e não aptos a trabalhos especializados por falta de acesso à escolaridade e, conseqüentemente, se engajariam em trabalhos ruins sem perspectiva de crescimento e de melhora na fase adulta.

Em função da não significância dos coeficientes, pode ser dizer que, analisando a variável cor ou raça dos trabalhadores da área urbana, a característica amarela ou indígena não exerce nenhuma influência significativa sobre sua renda. Já os coeficientes da cor ou raça, preta e parda, são significativos indicando que os trabalhadores negros ou pardos da área urbana têm remuneração menor, em comparação aos trabalhadores brancos. Para a área rural nenhum coeficiente desta variável teve significância o que indica que os trabalhadores têm sua remuneração não acrescida ou diminuída caso possua uma destas características.

Com relação ao setor de atividade dos trabalhadores vítimas do trabalho infantil, optou-se por comparar todos os setores com o setor agrícola e esperava-se que os coeficientes destes setores fossem positivos, pois é o setor agrícola que possui a menor renda, enquanto todos os setores restantes remuneram melhor. Os resultados comprovam esta hipótese, uma vez que os coeficientes da regressão, associados aos setores de atividade tanto na área urbana como na área rural, apresentam grau de significância em 1% e estão acompanhados do sinal positivo. Na área urbana, o setor que melhor remunera é o social, em seguida o setor público e de serviços. Já para área rural, em primeiro lugar está o setor social, seguido do setor doméstico e público.

Tabela 4: Estimativa dos coeficientes para a equação do logaritmo do rendimento por hora para a população de 18 a 60 anos, do Paraná-2005.

Variáveis	Urbano		Rural	
	Coeficiente	Teste <i>t</i>	Coeficiente	Teste <i>t</i>
Intercepto	-0,248	-3,95*	-0,267	-1,43
<i>Características Pessoais</i>				
Idade	0,022	25,67*	0,018	7,22*
Anos de Estudo	0,103	38,23*	0,061	6,89*
Sexo (homem=1)	0,473	22,74*	1,276	24,05*
<i>Idade que começou a trabalhar (Mais que 18 anos foi omitido)</i>				
Menos de 9	-0,159	-4,56*	-0,261	-1,88***
10 a 14	-0,074	-2,78*	-0,239	-1,79***
15 a 17	-0,089	-3,20*	-0,175	-1,18
<i>Cor ou Raça (Branca foi omitida)</i>				
Preta	-0,126	-2,42**	0,117	0,43
Amarela	0,135	1,64	1,121	1,00
Parda	-0,055	-2,38**	-0,000	-0,00
Indígena	0,018	0,11	1,220	1,11
<i>Setores de atividades (Setor Agrícola foi omitido)</i>				
Indústria	1,011	22,62*	0,784	8,19*
Construção Civil	0,896	17,34*	0,616	4,30*
Comércio	0,975	22,14*	0,879	7,35*
Serviços	1,033	21,04*	0,691	4,70*
Público	1,152	20,00*	0,942	4,66*
Social	1,256	26,05*	1,547	11,34*
Domésticos	0,986	19,07*	1,268	11,24*
Outros	1,213	23,15*	0,651	2,51**
Teste F	-	250,32*	-	54,94*
R <sup>2</sup>	-	0,38	-	0,41
R <sup>2</sup> Ajustado	-	0,38	-	0,40
Número de Observações		7.317		1.419

Fonte: Resultado da pesquisa/2007.

Nota: \* Denota significância ao nível de 1%; \*\* Denota significância ao nível de 5%; \*\*\* Denota significância ao nível de 10%; Acima de 10% não há significância.

#### ***4.2 Influência do trabalho infantil sobre a escolaridade do trabalhador paranaense***

Os resultados econométricos da equação do número de anos de estudo, para a população paranaense com idade entre 18 e 60 anos, moradora da área rural e urbana, são apresentados na tabela 5. A coluna 1 da tabela mostra as variáveis escolhidas e nas demais estão os parâmetros estimados e os valores referente ao teste *t*.

Observando-se o valor do teste F, verifica-se que este foi altamente significativo, indicando que as variáveis escolhidas explicam a variação no número de anos de estudo dos trabalhadores do Paraná. Os valores do teste *t*, embora variem de um coeficiente para outro, em sua maioria, apresentaram significância.

As estimativas dos parâmetros relacionados às características dos trabalhadores apresentaram, em sua maioria, significância ao nível de 1%, o que indica a importância dessas variáveis no número de anos de estudo da população. O coeficiente da variável idade, acompanhado do sinal negativo, mostra que há uma relação inversa entre idade e anos de estudo, ou seja, quanto mais velho é o indivíduo, menos escolaridade ele possui. Espera-se que esse resultado mude, em função de políticas públicas voltadas ao incentivo à educação, levando, no longo prazo, as pessoas a acumularem mais anos de estudo.

Analisando o coeficiente da variável sexo, pode-se dizer que pessoas do sexo feminino, da área urbana, possuem maior número de anos de estudo. Reis (2005), afirma que isso ocorre possivelmente porque os homens, normalmente, entram para o mercado de trabalho mais cedo que as mulheres, o que muitas vezes os impede de dar continuidade aos estudos. Porém, é preciso ressaltar que mesmo a mulher apresentando mais anos de estudo, em geral, ela ganha menos que o homem tanto na área rural como também na urbana, conforme mostrado na tabela 4. O homem da área rural, de acordo com a tabela 5, tem mais anos de estudo que a mulher. No entanto, nesta análise, os coeficientes não denotaram significância ao nível de 10%.

Ao referir-se à idade em que as pessoas começaram a trabalhar, os valores dos coeficientes são todos negativos, significando que todos os trabalhadores tanto da área rural quanto da área urbana, que começaram a trabalhar antes dos 18 anos têm menos anos de estudo, se comparado aos que começaram depois dos 18 anos de idade.

No que se refere à cor ou raça dos trabalhadores, na área rural apenas pessoas de cor parda têm menos anos de estudo se comparadas às pessoas de cor branca. Os demais coeficientes não denotam significância, indicando que não exercem qualquer influência sobre a variável dependente (anos de estudo). Na área urbana, para esta mesma característica, todos os valores são significativos e exprimem que pessoas de cor preta, parda ou indígena possuem menos anos de estudo em comparação às pessoas brancas, enquanto aquelas consideradas de cor ou raça amarela são mais escolarizadas que os brancos, o que é demonstrado pelo valor do seu coeficiente acompanhado do sinal positivo.

Quanto aos setores de atividade, a hipótese era de que, comparando o setor agrícola aos outros segmentos, espera-se que os coeficientes sejam todos positivos, pois se considera que os trabalhadores do setor agrícola têm menos escolaridade. O alto nível de significância da maioria dos resultados confirma esta hipótese, exceto para o setor Doméstico, em que, para as duas áreas analisadas não denotou nenhuma significância, e o de Construção civil, que na área rural também não é significativo.

Tabela 5: Estimativa dos coeficientes para a equação do número de anos de estudo para a população trabalhadora de 18 a 60 anos, do Paraná- 2005.

Variáveis	Urbano		Rural	
	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t
Intercepto	10,531	46,60*	11,707	25,85*
<i>Características Pessoais</i>				
Idade	-0,076	-21,81*	-0,128	-19,36*
Sexo (homem=1)	-0,114	-1,35	0,112	0,72
<i>Idade que começou a trabalhar (Mais que 18 anos foi omitido)</i>				
Menos de 9	-2,800	-19,92*	-2,356	-5,91*
10 a 14	-1,787	-16,59*	-2,017	-5,27*
15 a 17	-0,796	-6,97*	-1,200	-2,79*
<i>Cor ou Raça (Branca foi omitida)</i>				
Preta	-1,317	-6,23*	-1,186	-1,61
Amarela	2,270	6,66*	2,028	0,86
Parda	-1,302	-14,00*	-1,170	-6,89*
Indígena	-2,066	-2,96*	3,680	1,12
<i>Setores de atividades (Setor Agrícola foi omitido)</i>				
Indústria	2,354	13,08*	1,064	3,79*
Construção Civil	0,729	3,46*	0,620	1,48
Comércio	2,817	15,91*	1,876	5,40*
Serviços	2,264	11,39*	1,024	2,37**
Público	4,22	18,03*	3,483	5,92*
Social	4,961	26,22*	4,001	10,23*
Domésticos	-0,124	-0,060	0,070	0,22
Outros	4,72	22,78*	2,700	3,71*
Teste F	-	260,15*	-	50,63*
R <sup>2</sup>	-	0,3557	-	0,3722
R <sup>2</sup> Ajustado	-	0,3543	-	0,3648
Número de Observações		8.030		1.470

Fonte: Resultado da pesquisa/2007.

Nota: \* Denota significância ao nível de 1%; \*\* Denota significância ao nível de 5%; \*\*\* Denota significância ao nível de 10%; Acima de 10% não há significância.

Para verificar, de forma mais detalhada, a influência da idade em que a pessoa começou a trabalhar sobre o rendimento da mesma em sua fase adulta, montou-se uma equação com todos os coeficientes das análises de regressão multiplicados pelo valor médio

de sua respectiva variável, encontrando-se, assim, o valor da constante. O resultado da referida equação foi plotado nas figuras apresentadas abaixo. Nestas, a variável idade foi escolhida para compor o eixo horizontal, pelo fato de a mesma ter sido altamente significativa nas análises de regressão.

O gráfico 1 mostra as figuras resultantes da equação para o *logaritmo* do rendimento por hora. No painel (a) tem-se o resultado da equação referente aos trabalhadores da área urbana. No painel (b) têm-se os resultados para as equações referentes aos trabalhadores da área rural. A inclinação da reta confirma que, quanto maior a idade atual da pessoa, maior a renda obtida por ela no mercado de trabalho. Isto é válido tanto na área rural, quanto na área urbana.

Percebe-se que, para todas as faixas de idade, as pessoas que ingressaram no trabalho com menos de 9 anos têm a média de rendimentos menor, se comparado àquelas que ingressaram depois dos 18 anos. Esta situação é representada pelo deslocamento da reta sempre para cima, em todos os intervalos de idade. Na área urbana, por exemplo, para o trabalhador que está com 40 anos e começou a trabalhar com idade de até nove anos, a média do *logaritmo* do rendimento por hora é R\$ 3,31. Já um trabalhador que está com a mesma idade, mas que ingressou no trabalho depois dos 18 anos, tem a média do *logaritmo* do rendimento por hora de R\$ 3,47. Ou seja, a diferença de rendimentos entre os intervalos de idade é de 4,83%.

Para Kassouf (2002), a renda inferior recebida pelos trabalhadores que começaram a trabalhar muito jovem, é atribuída ao fato de que estas pessoas, por possuírem baixo grau de instrução, se engajaram em atividades que não lhes exigiam conhecimentos nem habilidades. Assim, além de ter o nível educacional prejudicado, esses indivíduos, quando chegam à fase adulta não conseguem melhores empregos que garantam maiores salários. Esta situação, de acordo com Ferro (2003), leva os pais a inserirem os filhos no trabalho para complementar a renda da família e garantir o suplemento das necessidades básicas. Os filhos, por sua vez, ingressados no trabalho muito cedo terão seu nível de escolaridade também prejudicado e, certamente o seu futuro profissional comprometido continuando o ciclo de pobreza. A esta consideração pode-se acrescentar que:

O trabalho infantil, por sua vez, contribui para perpetuação da pobreza. [...] Resultados de estudos recentes do Banco Mundial no Brasil mostram que a entrada precoce no mercado de trabalho reduz os ganhos ao longo da vida em cerca de 13 a 20 por cento, aumentando significativamente a probabilidade de ser mais pobre no futuro (OIT, 2006, p.38).

Cabe ainda, salientar que, na área rural observa-se uma maior diferença de rendimentos recebidos entre os intervalos de idade. Os trabalhadores que começaram a trabalhar depois dos 18 anos e estão com 40 anos, recebem em média R\$ 2,22 por hora, isto corresponde a 13,26% a mais do que um trabalhador de mesma idade que ingressou no trabalho com menos de 9 anos e recebe, em média, R\$1,96 por hora.

a)

b)

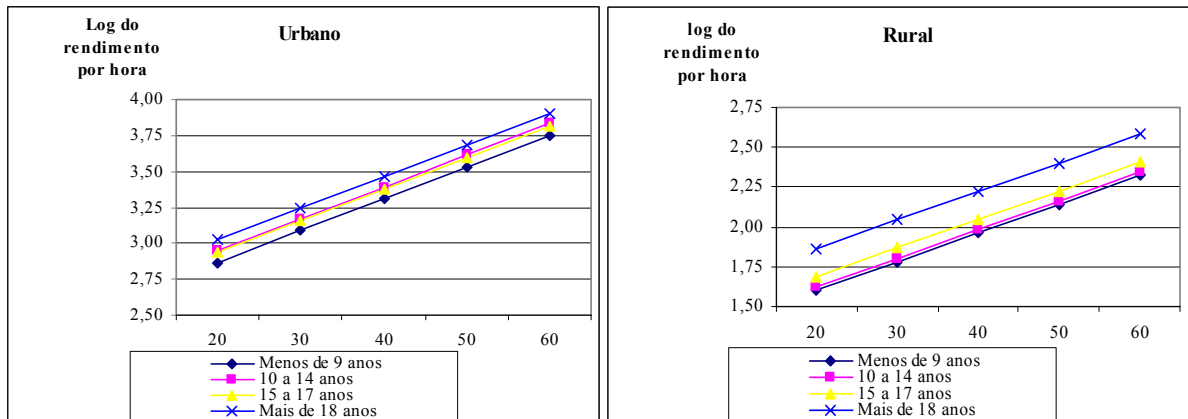


Gráfico 1: Influência da idade em que se começou a trabalhar no *logaritmo* do rendimento por hora, da população trabalhadora, com idade entre 18 e 60 anos, do Paraná-2005.

Fonte: Resultado da pesquisa/2007.

As figuras apresentadas no gráfico mostram os resultados referentes à equação do número de anos de estudo. Através do painel (a), vê-se a situação dos trabalhadores da área urbana. No painel (b), têm-se os resultados para as equações referentes aos trabalhadores da área rural. A inclinação da reta confirma o já previsto pelo modelo, indicando que quanto mais velho o trabalhador, menos anos de estudo ele tem. O deslocamento para cima da reta mostra que conforme a idade de inserção no trabalho aumenta, os anos de escolaridade aumentam também.

Observa-se que há uma diferença muito grande entre os anos de estudo obtidos por um trabalhador da área rural comparado a um da área urbana. Os trabalhadores que estão com 40 anos e que começaram a trabalhar com menos de nove anos de idade, têm aproximadamente 7 anos de estudo, enquanto os de mesma idade mas que ingressaram no trabalho com mais de dezoito anos tem cerca de 10 anos de estudo. A diferença entre a maior e a menor idade é de, aproximadamente, 30%. Observando-se o deslocamento da reta, da área rural, um trabalhador que está com 40 anos, tendo ele começado a trabalhar com menos de 9 anos, possui 4 anos de estudo. Para aqueles também com 40 anos e que começaram a trabalhar com mais de 18 anos, o número de anos de estudo aproxima-se de 7 anos. Em percentuais, as pessoas que ingressaram mais jovem no trabalho têm cerca de 42,8% a menos de anos de escolaridade se comparadas às ingressantes com maior idade.

Para muitos autores, como Kassouf et al. (2004); Ferreira (2005); Martins (2005), a condição do nível escolar destes trabalhadores é atribuída ao fato de que, por terem começado a trabalhar tão cedo, se tem poucas chances de estudar, pois normalmente a pessoa trabalha o dia inteiro e acaba faltando às aulas para ajudar sua família. Ou quando vão à escola, estes trabalhadores estão cansados e não tem um bom aproveitamento. Outros sacrificam seus níveis de escolaridade, por se afastarem da escola antes de concluir, ou quando chegam a terminarem seus cursos, isso acontece em condições de verdadeiros sacrifícios.

a)

b)

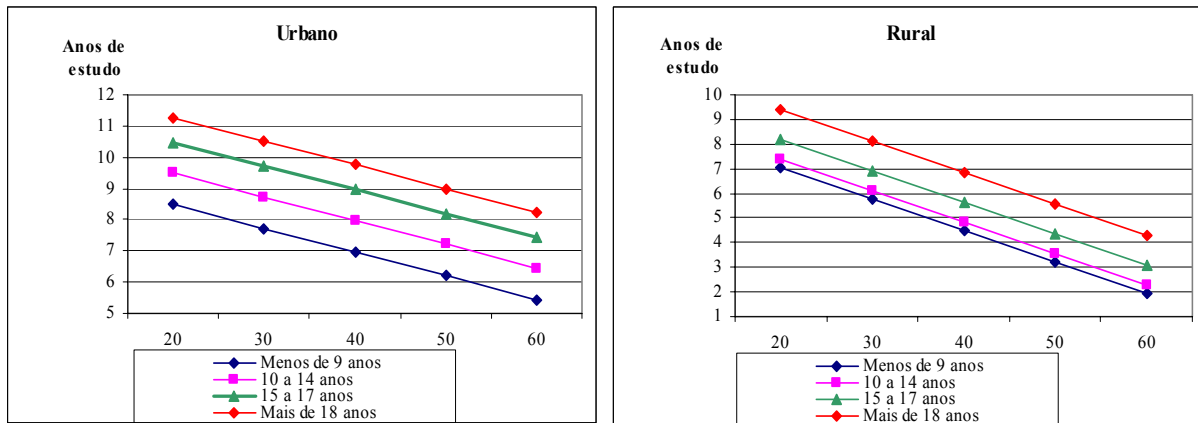


Gráfico 2: Influência da idade em que se começou a trabalhar no número de anos de estudo da população trabalhadora, com idade entre 18 e 60 anos, do Paraná-2005.

Fonte: Resultado da pesquisa/2007.

## 5. Conclusões

Impulsionado pelas discussões já existentes sobre trabalho infantil, este estudo teve como objetivo verificar a influência do trabalho infantil na renda e no nível de escolaridade do trabalhador da zona urbana e rural do estado do Paraná. Para tanto, foram utilizados dados da PNAD de 2005, e a estratégia adotada foi o uso de um Modelo Econométrico de Regressão Linear Múltipla. A amostra foi composta por pessoas de 18 a 60 anos de idade, que declaram estar trabalhando na ocasião em que a pesquisa foi realizada.

As estimativas encontradas foram estatisticamente significativas, e, em sua maioria apresentaram os sinais esperados. Os resultados obtidos além de comprovarem as hipóteses do modelo, as quais defendem que trabalho precoce afeta negativamente o nível de escolaridade e rendimentos futuro de um indivíduo, confirma os resultados de estudos realizados por Kassouf (2000) e Kassouf (2002). Esta autora, ao analisar a população trabalhadora infantil brasileira e os adultos ingressaram no mercado de trabalho precocemente, relatou o impacto negativo que o trabalho infantil exerceu sobre estes indivíduos.

Vale aqui ressaltar o efeito do trabalho infantil sobre a escolaridade. É sabido que o investimento em capital humano afeta positivamente o nível sócio-econômico das pessoas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de um país (Behrman e Wolfe, 1984). Sendo assim, o efeito negativo do trabalho infantil não ocorre de forma individual, mas se propaga para toda sociedade, diminuindo a capacidade de o país crescer e desenvolver-se economicamente.

Durante muito tempo o trabalho infantil no Brasil foi considerado como uma conseqüência da pobreza, ou solução para amenizar os seus efeitos. A sociedade concordava que para crianças pobres, trabalhar era um meio de evitar o envolvimento com a marginalidade. A partir da década de 80, percebeu-se o tamanho e gravidade do problema no país, despertando interesse de toda comunidade para proteger e defender os direitos das crianças e adolescentes brasileiros.

É reconhecido pelas autoridades internacionais o avanço do Brasil no combate ao trabalho infantil. Porém, no Paraná, ainda há a presença de altos índices de trabalhadores infantis, revelando que o Estado precisa ampliar os esforços rumo à erradicação. Em 2005, havia mais de 333 mil crianças e adolescentes na idade entre 10 e 17 anos, exercendo alguma atividade laboral.

O trabalho precoce, não pode ser justificado ou considerado solução para algum problema. É preciso que se desenvolvam políticas que promovam as famílias de baixa renda, de modo que estas possam assegurar aos seus filhos um crescimento e desenvolvimento saudável.

A literatura discute que um dos fatores que levam as crianças a trabalharem é o estado de pobreza da família. De fato, a condição social é o principal condutor, porém outras características sociais e culturais devem ser mais bem analisadas, principalmente quando se pretende desenvolver alguma política pública. Ora, se considerar apenas a pobreza, bastaria desenvolver uma política social que a eliminasse, e com isso erradicaria o trabalho infantil.

De acordo com as evidências obtidas nesta pesquisa, entre as recomendações de políticas públicas merecem destaque aquelas voltadas para o acesso e manutenção das crianças oriundas das zonas rurais paranaenses na escola. Assim, ser-lhes-ia garantido um elevado, ou pelo menos, um nível de educação suficientemente capaz de proporcionar-lhes um futuro melhor. Na área rural a eliminação do problema merece mais atenção devido à sua maior complexidade, ora, é sabido o quanto as crianças precisam ajudar os pais nas pequenas propriedades rurais, seja nos serviços domésticos, cuidando dos irmãos menores e até auxiliando nas lavouras. Além disso, em sua maioria as famílias necessitam dos rendimentos das crianças. Logo, é preciso políticas voltadas para erradicação do trabalho infantil, mas que também supram as necessidades das famílias, incentivando os pais e as crianças a total dedicação aos estudos.

Embora nos últimos anos o trabalho infantil tenha diminuído significativamente, o número de crianças que trabalham é muito grande. O País como um todo precisa cumprir compromissos aumentando as ações voltadas para eliminação desta exploração. Ainda há muito que ser realizado em termos de ações governamentais e sociais para completa extinção do problema. É de suma importância que o país como um todo se conscientize de que criança deve estar na escola se preparando para um futuro promissor, e que trabalho precoce pode causar danos irreversíveis à sociedade.

Deixar de perceber os abusos sofridos pelos precoces trabalhadores, além de empobrecer, acaba destruindo o capital humano necessário ao crescimento futuro de uma economia. É importante que se desperte um maior interesse por parte de pesquisadores sobre o assunto e outros estudos sejam desenvolvidos. Pois, assim é possível identificar as ameaças e perigos impostos às vítimas do trabalho infantil, dando suporte à elaboração de políticas públicas sociais voltadas à eliminação do problema.

Eliminar o trabalho infantil é garantir o futuro de uma geração, é promover um crescimento sustentável para o adulto de amanhã, que colherá os benefícios dos investimentos realizados hoje.

## **6. Referências bibliográficas**

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalho infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 135 p.

BASU, K.; TZANNATOS, Z. **The global child labor problem: what do we know and what can we do?** The world bank economic review, v. 17, n. 2, p. 147-173, 2003.



BEHRMAN, J.R.; WOLFE, B.L. **The socioeconomic impact of schooling in a developing country**. The Review of Economics and Statistics, v.66, n.2, p.296-303, May 1984

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Trabalho Infantil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2006.

BRASIL. **Lei 8069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>> Acesso em: 25 mai. 2007.

BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. **O que é o trabalho infantil?** Brasília. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 21 abr 2006.

BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Infantil**: Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

CODIC. Coordenadoria dos Direitos da Cidadania. **Dia de Combate ao trabalho infantil no Paraná**. 12 jun. 2007. Disponível em: <<http://codic.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

FERREIRA, Jose Carlos. **Trabalho infantil e a luta contra a miséria**. Brasília, 12 Jun. 2005. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/news/artigos/ler\\_artigos.php?id=661](http://www.oitbrasil.org.br/news/artigos/ler_artigos.php?id=661)>. Acesso em: 21 Abr 2006.

FERRO, A. R. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil**. Piracicaba, 2003, 92p. Dissertação (Mestrado)-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo (USP).

GALLI, R. **The economic impact of child labour**. Genebra: ILO Decent Work Research Programme, 2001. 26 p. (Discussion Paper, 128).

HILBIG, S. **Trabalho infantil no Brasil - dilemas e desafios**. Rio de Janeiro-RJ, 2004. Disponível em: <<http://intranet.dirad.fiocruz.br/html/modules/wfsection/article.php?articleid=6>>. Acesso em: 25 abr. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: jan 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: microdados (compact disc). Rio de Janeiro, 2005.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diminuição do trabalho infantil no Paraná é o dobro da do Brasil**. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/noticias/mapatrabinfantil.htm>> Acesso em: 24 ago. 2007.

KASSOUF, A. L. **O efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos**. 2000. 14 p. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/sbe2000.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2007.

KASSOUF, A. L. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Ministério da justiça, 2002. 124 p.

KASSOUF, A. L. et al. **Análise das políticas e programas sociais no Brasil**. Brasília: OIT, 2004. 108 p.

LIMA, C. G. C. O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico. **TRABALHO PRECOCE, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO MENTAL**. Ribeirão Preto-SP, 2002. pág.6-10.

MARTINS, M. A. **Verificação da influência da escolaridade na renda**. Campo Mourão, 2005, 78p. Monografia (Graduação) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Universidade Estadual do Paraná (FECILCAM/UNESPAR).

MENEZES NETO, J. **Análise de impacto do programa de erradicação do trabalho infantil-PETI, quanto aos seus objetivos e resultados para o qual foi concedido**. 2002. 55 p. Dissertação (Especialização em políticas pública) - Universidade de Brasília - Núcleo de estudos de políticas publicas. Brasília, 2002.

MESSIAS, R. **Uma análise das variáveis sócio-econômicas que influenciam o desempenho no ensino fundamental no Paraná**. Campo Mourão, 2005, 53p. Monografia (Graduação) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Universidade Estadual do Paraná (FECILCAM/UNESPAR).

NICOLELLA, A. C. **Um olhar econômico sobre a saúde e o trabalho infantil no Brasil**. 2006.166 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz. Piracicaba, 2006.

OIT BRASIL. Organização internacional do trabalho. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em 15 jun.2007.

OIT BRASIL. **O fim do trabalho infantil no Brasil: um objetivo ao nosso alcance**. OIT, 2006. 136 p.

PEREIRA, A. de M. A. **Diferencial de renda, por gênero, no mercado de trabalho informal do Paraná**. Campo Mourão, 2006, 51p. Monografia (Graduação) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Universidade Estadual do Paraná (FECILCAM/UNESPAR).

REIS, M. **Infra-estrutura escolar x características da família: qual a sua influência sobre a escolaridade da população paranaense?** Campo Mourão, 2005. Monografia (Graduação) - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Universidade Estadual do Paraná (FECILCAM/UNESPAR).

SILVA, F. C. Lopes da. **O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista**. 1999. Disponível em: <[http://www.educaremrevista.ufpr.br/numero\\_15.htm](http://www.educaremrevista.ufpr.br/numero_15.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2006.

### Anexo I

Tabela A1: Média e desvio-padrão dos determinantes da renda e anos de estudo dos trabalhadores de 18 a 60 anos, da área rural e urbana do estado do Paraná-2005

Variáveis	Área urbana		Área rural	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Renda	941,3297	1711,617	378,5456	617,0173
Renda por hora	24,42535	46,54694	9,953381	28,06586
Logrenda	2,647186	0,9908947	1,543141	1,212356
Anos de estudo	8,743437	4,188709	5,184161	3,521127
<i>Características Pessoais</i>				
Idade	35,5371	11,16382	37,36668	11,66207
Sexo	0,5381239	0,4985445	0,5742362	0,4944586
<i>Cor ou raça</i>				
Branca	0,7314222	0,4432198	0,7339829	0,4418736
Preta	0,330113	0,01786659	0,0107302	0,1030295
Parda	0,2198042	0,4141139	0,253315	0,43491
Indígena	0,0030544	0,55182	0,0004936	0,0222119
Amarela	0,125656	0,11139	0,253315	0,43491
<i>Setor de atividade</i>				
Agricultura	0,0581684	0,2340617	0,6761048	0,4679609
Indústria	0,1886549	0,3912343	0,0792142	0,2700729
Construção civil	0,0733851	0,2607677	0,0335151	0,1799774
Comércio	0,2229385	0,4162175	0,0514082	0,0222119
Serviços	0,0961813	0,2948397	0,0310126	0,1733518

Público	0,0471755	0,2120141	0,0158817	0,1250181
Social	0,1473642	0,3544687	0,0395086	0,1948017
Doméstico	0,0864328	0,2810022	0,620916	0,2413221
Outros	0,0796992	0,2708269	0,0105332	0,1020897
<i>Idade em que começou a trabalhar</i>				
Menos de 9	0,1351644	0,3418992	0,3189185	0,4660577
10 a 14	0,4145528	0,4926447	0,5325131	0,4989421
15 a 17	0,2578434	0,4374474	0,1059541	0,3077791
Mais de 18	0,1924394	0,3942163	0,0418843	0,200325

---

Fonte: Resultado da pesquisa/2007.